

# **Big techs e a modulação da subjetividade na era do capitalismo de vigilância**

## **Big techs and the modulation of subjectivity in the age of surveillance capitalism**

Liéria Brandão e Silva  
Elton Corbanezi

### **Resumo**

Na contemporaneidade, as big techs assumem um papel central na mediação das relações humanas, influenciando desde a economia até a política. Esse fenômeno suscita questões profundas sobre autonomia, liberdade e democracia no século XXI. Partindo de um referencial teórico que inclui Deleuze (1990), Dardot e Laval (2016), Rouvroy (2015; 2020) e Zuboff (2018; 2019), este trabalho analisa os efeitos dessas corporações na construção das subjetividades, investigando especificamente: (1) os mecanismos de modulação comportamental, (2) os filtros das chamadas bolhas informacionais e (3) a possível transformação da identidade em mercadoria. Metodologicamente, o estudo combina revisão bibliográfica interdisciplinar com análise de casos empíricos concretos. Os resultados revelam que a naturalização e a despolitização das novas tecnologias ocultam mecanismos de exploração e criam uma ilusão de liberdade de escolha para os indivíduos. Diante disso, conclui-se que, enquanto a sociedade permanecer sem alternativas emancipatórias às big techs, é necessário redefinir a relação com tais plataformas.

Palavras-chave: Capitalismo de vigilância; Governamentalidade algorítmica; Racionalidade neoliberal; Subjetividade.

### **Abstract**

In contemporaneity, big techs assume a central role in mediating human relations, influencing everything from the economy to politics. This phenomenon raises profound questions about autonomy, freedom, and democracy in the 21st century. Drawing on a theoretical framework that includes Deleuze (1990), Dardot and Laval (2016), Rouvroy (2015; 2020), and Zuboff (2018; 2019), this work analyzes the effects of these corporations on the construction of subjectivities, specifically investigating: (1) the mechanisms of behavioral modulation, (2) the filters of the so-called informational bubbles, and (3) the possible transformation of identity into a commodity. Methodologically, the study combines an interdisciplinary literature review with analysis of concrete empirical cases. The results reveal that the naturalization and depoliticization of new technologies conceal mechanisms of exploitation and create an illusion of freedom of choice for individuals. In light of this, it is concluded that, as long as society remains without emancipatory alternatives to big techs, it is necessary to redefine the relationship with such platforms.

Keywords: Surveillance capitalism; Algorithmic governmentality; Neoliberal rationality; Subjectivity.

<sup>1</sup> Liéria Brandão e Silva, Universidade Federal de Mato Grosso, [lieria.brandao@gmail.com](mailto:lieria.brandao@gmail.com).

<sup>2</sup> Elton Corbanezi, Universidade Federal de Mato Grosso, [elton.corbanezi@ufmt.br](mailto:elton.corbanezi@ufmt.br).

## 1. Introdução

Smartphones, algoritmos de recomendação, inteligência artificial generativa e redes sociais não apenas medeiam a vida contemporânea com o objetivo de torná-la mais simples, mas também operam como dispositivos que coletam, processam e monetizam grandes volumes de dados em escala global — o chamado *big data*. Esse processo, entretanto, está atravessado por dinâmicas de poder. O filósofo Gilles Deleuze, em seu ensaio *Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle* (1992), argumenta que que nas sociedades contemporâneas o poder se exerce de forma contínua, permeando todos os aspectos da vida sem ser visível ou repressivo, mas sutil e difuso, operando através do controle, da coleta de dados e da modulação de comportamentos. Contemporaneamente, o controle exercido pelas gigantes tecnológicas, as chamadas *big techs* (Google, Apple, Meta, Amazon e Microsoft), sobre as infraestruturas digitais sustenta um sistema automatizado de coleta e processamento de dados que institui novas formas de controle social (ROUVROY; BERNS, 2015).

Posto isto, a hipótese central desta pesquisa é que as *big techs*, longe de serem entidades imparciais, atuam como aliadas de um projeto político-econômico que subordina a autonomia individual à vigilância e à mercantilização da vida, modulando subjetividades e redefinindo os limites da governamentalidade contemporânea. Isso forma o que chamamos de dadosbiopolítica — um fenômeno que articula o controle e a gestão da vida (*bios*) por meio da coleta, análise e aplicação de dados massivos (*big data*). Pretende-se, portanto, analisar como essas corporações reconfiguram as noções de autonomia, identidade e pensamento crítico na atualidade. Sem finalidade fatalista, verificamos a necessidade de politizar as novas tecnologias e imaginarmos um horizonte além da governamentalidade algorítmica, conforme a proposição de Shoshana Zuboff: “Se o futuro digital deve ser nosso lar, então somos nós que devemos transformá-lo nisso” (ZUBOFF, 2019, p. 33).

## 2. Big techs, big data e governamentalidade algorítmica

Nos anos 1980, a maior parte das informações era armazenada em suportes físicos, como papeis, fitas magnéticas e rolos de filme. Hoje, a digitalização permeia todas as dimensões da vida cotidiana. O que antes exigia arquivos volumosos e espaços físicos consideráveis agora cabe em dispositivos portáteis ou em nuvens *online*, acessíveis de qualquer lugar do mundo em questão de segundos. No entanto, isso acarretou uma concentração sem precedentes de poder. Atualmente uma pequena quantidade de empresas de tecnologia controlam a digitalização da vida, detendo em suas mãos boa parte dos dados que movem o mundo contemporâneo: são as chamadas *big techs*.

Evgeny Morozov, pesquisador do *utopismo* digital, associa a ascensão delas a uma conjuntura histórica específica, resultado de uma convergência de inovações tecnológicas e um cenário regulatório inicialmente permissivo, em um mundo marcado pela crise financeira de 2008. O enfraquecimento da proteção social levou os cidadãos a buscarem soluções individuais, reduzindo a dependência do Estado e transferindo essas responsabilidades para o setor privado, como em serviços de transporte por aplicativos. Essa relação, contudo, estabelece um ciclo vicioso, no qual soluções imediatistas minam a capacidade de ação estatal e desafiam a política democrática (MOROZOV, 2018, p.143).

Na medida em que os indivíduos são reduzidos a dados, suas identidades são decompostas em informações fragmentadas (como preferências de consumo, hábitos *online*, dados biométricos, entre outros). Esses fragmentos são coletados por tecnologias de captura (como *cookies*), analisados por técnicas de mineração (*data mining*) e aprendizado de máquina (*machine learning*), e recombinaados por algoritmos. Esses algoritmos criam perfis comportamentais (*profiling*) e geram modelos preditivos (*predictive analytics*) sobre o comportamento dos indivíduos, permitindo que sistemas automatizados antecipem escolhas e personalizem experiências *online*.

Assim, autores como Zuboff (2018; 2019), Morozov (2018) e Rouvroy (2015; 2020) argumentam que o comportamento mediado pelos algoritmos deixa de ser autônomo, passando a ser construído e reconstruído a partir de lógicas externas, definidas pelas corporações que operam sob a lógica do capitalismo de vigilância. Cunhado pela psicóloga social e filósofa Shoshana Zuboff, esse conceito designa uma nova forma de acumulação capitalista centrada no *big data*,

que “procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado” (ZUBOFF, 2018, p. 18).

Entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025, um episódio explicitou as nuances da assimetria informacional entre corporações de tecnologia e usuários no contexto brasileiro. O projeto *World ID*, desenvolvido pela *Tools for Humanity*, sob a liderança de Alex Blania (diretor executivo da empresa) e Sam Altman (idealizador do *ChatGPT*), com o objetivo de criar um sistema de identificação digital que diferencia entre humanos vivos e inteligência artificial, mobilizou mais de 400 mil pessoas mediante a promessa de R\$ 600 em criptomoedas. Para serem beneficiados, os participantes concordaram em fornecer dados biométricos altamente sensíveis, coletados por meio do escaneamento da íris.

Em entrevista ao Portal G1 (SILVA; HELDER, 2025), Alex Rodrigo, 38 anos, relatou: “Fiquei sabendo pelos meus amigos, que divulgaram um aplicativo que estava dando dinheiro. [...] Eu vim pelo dinheiro mesmo. [...] Mas nada é de graça, né?”. Wallace Wesley, 31, teve uma reação semelhante: “Tenho receio disso [...] Mas tá todo mundo apertado [de dinheiro]”, afirmou à CNN (2025). As falas sintetizam a percepção ambígua dos envolvidos: embora haja consciência rudimentar do valor/importância do compartilhamento dos dados pessoais, persiste uma incompreensão sobre as implicações técnicas e jurídicas do compartilhamento de dados pessoais.

Contudo, a empresa não cumpriu integralmente sua parte no acordo. Diversos participantes relataram dificuldades para sacar o dinheiro e até mesmo exclusão da conta pessoal na plataforma (HELDER, 2025). Em novembro de 2024, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), por meio da Coordenação-Geral de Fiscalização, iniciou uma investigação. A principal preocupação do órgão era que a compensação financeira oferecida pudesse induzir o consentimento dos usuários, o que acabou por resultar na proibição da remuneração em janeiro de 2025. Em resposta, a *Tools for Humanity* declarou que se adequaria às novas determinações da ANPD. Porém, em fevereiro, a empresa suspendeu voluntariamente suas operações no país (LABATE, 2025).

Ademais, Rodrigo Tozzi, chefe de operações da corporação no Brasil, defende que “os fragmentos criptografados não revelam nada sobre o indivíduo nem podem ser efetivamente vinculados de volta a ele” (CRUZ, 2025). A ênfase desse discurso está na desvinculação técnica

entre dados e indivíduos. É essa percepção de que os dados são insignificantes — por serem fragmentos desprovidos de intencionalidade e subjetividade — que cria uma falsa sensação de segurança, mascarando os riscos inerentes à sua coleta e processamento, como salienta Rouvroy (2015, p.39).

A partir do conceito de governamentalidade algorítmica, Rouvroy e Berns (2015) atualizam o conceito foucaultiano de governamentalidade<sup>1</sup> ao inserirem a dimensão tecnológica contemporânea, analisando as problemáticas da ideia de um mundo social ordenado por algoritmos:

Por governamentalidade algorítmica, nós designamos, a partir daí, globalmente um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis. [...] A governamentalidade algorítmica não produz qualquer subjetivação, ela contorna e evita os sujeitos humanos reflexivos, ela se alimenta de dados “infraindividuais” insignificantes neles mesmos, para criar modelos de comportamento ou perfis supraindividuais sem jamais interpelar o sujeito, sem jamais convocá-lo a dar-se conta por si mesmo daquilo que ele é, nem daquilo que ele poderia se tornar. (ROUVROY; BERNS, 2015, p.42)

Sendo assim, a governamentalidade algorítmica atua na intervenção preventiva do comportamento. Por exemplo, as plataformas de *streaming*, como Netflix ou Spotify, coletam dados dos usuários e observam padrões comportamentais. A partir disso, elas recomendam conteúdos personalizados, reduzindo a imprevisibilidade das escolhas. Como destaca Rouvroy (2020, p. 17), “o *big data* domestica a incerteza”. Logo, sua singularidade está na capacidade de influenciar comportamentos sem exigir internalização de normas<sup>2</sup>. Ao contrário do sistema disciplinar tradicional, que depende da reflexão crítica e internalização de valores, a governamentalidade algorítmica opera em nível pré-consciente (ROUVROY, 2020, p.18).

---

<sup>1</sup> Para o filósofo, a governamentalidade refere-se à maneira como o poder é exercido na sociedade, especialmente no contexto do Estado moderno: “o que propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder.” (FOUCAULT, 2008, p. 258). Assim, a governamentalidade algorítmica é uma reconfiguração dos mecanismos de poder e controle social na era digital.

<sup>2</sup> Essa abordagem se trata da inteligência artificial preditiva, que difere da inteligência artificial generativa. Enquanto a IA preditiva antecipa comportamentos e sugere opções de conteúdo com base em previsões sem criar nada novo, a IA generativa é capaz de criar novos conteúdos (como textos, imagens, músicas ou até códigos) a partir de padrões aprendidos.

Assim, evidencia-se um paradoxo: enquanto os algoritmos prometem personalização, eles homogeneizam comportamentos ao confinar os usuários em bolhas preditivas<sup>3</sup>. A governamentalidade algorítmica, portanto, não se limita a prever ações — ela as *produz*<sup>4</sup>, reconfigurando a agência humana em um jogo de estímulos e respostas mediado por máquinas. Como analisa Santos (2019), o risco desse modelo reside na substituição da reflexão crítica por uma engenharia de impulsos, na qual a liberdade de escolha é ilusória.

### 3. Os filtros invisíveis e a economia das ações

Os algoritmos das plataformas digitais, redes sociais e mecanismos de busca exercem influência decisiva sobre o consumo de informação na contemporaneidade, transformando, além do acesso aos conteúdos, a percepção da realidade (PARISER, 2012). Isso porque eles funcionam como mediadores invisíveis, selecionando e hierarquizando informações com base em critérios como relevância, engajamento e perfil do usuário. Como resultado, criam-se ecossistemas informacionais personalizados, que podem tanto facilitar o acesso a conhecimentos úteis quanto reforçar vieses cognitivos. Como destaca Pariser (2012, p. 14):

A nova geração de filtros online examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informação exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de *bolha dos filtros* – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações [grifos próprios].

A bolha de filtros opera por meio de três processos fundamentais: (1) coleta massiva de dados comportamentais, (2) inferência de preferências através de aprendizado de máquina, e (3) curadoria automatizada de conteúdos. Trata-se de uma seleção personalizada de informações baseadas em dados do usuário para criar uma curadoria algorítmica (os filtros invisíveis) que privilegia visões semelhantes às do indivíduo, isolando-o muitas vezes de perspectivas diferentes ou novas.

---

<sup>3</sup> O conceito de bolha será abordado ao longo do texto.

<sup>4</sup> Para Foucault, “o poder é um conjunto de relações; em vez de derivar de uma superioridade, o poder produz a assimetria [...] em vez de esmagar e confiscar, ele incentiva e faz produzir” (ALBUQUERQUE, p.109, 1995). Ou seja, o poder não apenas reprime, mas produz comportamentos e subjetividades. É, portanto, neste sentido que a governamentalidade algorítmica exerce poder.

Vale lembrar que os algoritmos das plataformas digitais evoluíram além da simples análise das preferências explícitas do indivíduo, como curtidas ou compartilhamentos. Atualmente, eles operam com técnicas sofisticadas de interpretação comportamental, capturando dados implícitos que revelam padrões de engajamento muitas vezes inconscientes. A governamentalidade algorítmica “não está interessada no indivíduo, mas na intensidade das relações estatísticas descobertas entre os ‘atributos’ infra-pessoais [...] e os padrões de comportamento supraindividuais” (ROUVROY, 2020, p.26), isto é, os algoritmos aperfeiçoam suas previsões por meio de correlações estatísticas entre os usuários.

A curadoria, portanto, além de selecionar conteúdos previamente demonstrados como relevantes pelo usuário, também prioriza publicações alinhadas ao seu perfil comportamental que apresentam alto desempenho métrico na plataforma (como viralidade) e maior potencial de gerar engajamento. Ademais, a partir do momento em que a eficiência de um sistema de recomendação passou a ser medida pela sua capacidade de mantê-los conectados o máximo de tempo possível, a lógica das plataformas mudou do paradigma preditivo para o paradigma de captura. Seu objetivo principal já não é apenas prever preferências com exatidão, mas capturar o usuário na lógica da economia da atenção (BRUNO; BENTE; FALTEY, 2019, p.11-12).

Como destacam os autores, nesse cenário, a “premissa fundamental é a de que, em meio a um espaço-tempo cada vez mais saturado de estímulos visuais e informacionais, a atenção se torna um recurso escasso e, por sua vez, extremamente valioso e imensamente disputado” (*Ibidem*, p.13). Doravante, as empresas passam a reformular suas interfaces para capturar cada vez mais o tempo de tela dos usuários. Esse mecanismo constitui o cerne do que os autores denominam *economia psíquica dos algoritmos*, a saber:

O investimento contemporâneo – tecnocientífico, econômico e social – em processos algorítmicos de captura, análise e utilização de informações psíquicas e emocionais extraídas de nossos dados e ações em plataformas digitais. (*Ibidem*, p.5)

Por exemplo, por trás de *designs* aparentemente intuitivos escondem-se mecanismos psicológicos que transformam a experiência digital em um ciclo quase infinito de interações que

produzem oportunidades para manter os usuários ativos. Desde reações<sup>5</sup>, *gifs*, *nudges*<sup>6</sup>, *rankings* competitivos, até recompensas financeiras, as empresas reformulam constantemente suas interfaces para capturar dados e modular o comportamento — denominadas arquiteturas de decisão —, “de modo a tornar certas escolhas e ações mais prováveis que outras, todas voltadas para aumentar o nível de engajamento do usuário” (BRUNO, 2022, p.58). A gamificação é um exemplo dessa dinâmica que vem se tornando comum na Internet.

Grosso modo, as *big techs* buscam instituir hábitos que naturalizam certos padrões de ação premeditando o engajamento e o consumo. Nesse contexto, a “necessidade competitiva das economias da ação exige que os capitalistas de vigilância usem todos os meios disponíveis para substituir a ação autônoma pela ação heterônoma”<sup>7</sup> (*Idem*). Logo, esse processo representa uma ameaça à própria consciência humana, pois ela desafia o capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019, p. 307). Ou seja, o sistema tende a suprimir a autonomia, entendida como capacidade de autodeterminação, em favor da heteronomia, que implica agir segundo determinações externas. Paralelamente, nas sociedades de controle<sup>8</sup>, em vez de individualidades, teríamos *dividualidades* — um ser fragmentado em dados (dividual), que se relaciona com outros dados em nível global e pode ser controlado (DELEUZE, 1992).

No século XX, Herbert Marcuse antecipou tal crise do pensamento autônomo ao analisar o papel da tecnologia e da ciência nas sociedades industriais avançadas. Em *O Homem Unidimensional* (2015 [1964]), o autor critica a visão positivista de que o progresso técnico levaria inevitavelmente à emancipação humana e argumenta que a racionalidade técnica se tornou um instrumento de dominação, esvaziando o potencial libertador da tecnologia e impondo uma lógica unidimensional por meio do consumo e da padronização da vida. Em outras palavras, os indivíduos passam a se identificar com o modo de vida que lhes é imposto e a defendê-lo,

---

<sup>5</sup> O Facebook introduziu o botão “curtir” em 2009, mas em 2016 ele não era mais suficiente para alimentar o aprendizado de máquina, então a empresa acrescentou como opção a categoria sentimento/atividade para os usuários especificarem qual emoção estavam sentindo ao fazer uma publicação, além disso também acrescentou mais “ícones de reação” (Amei, Haha, uau, Triste e Grr) para os usuários interagirem entre si.

<sup>6</sup> Os *nudges* são mecanismos usados para intervir na ação e influenciar o comportamento das pessoas de maneira sutil e não coercitiva, os *autoplay* do Youtube que passa para o próximo vídeo automaticamente é um *nudge*, antecipando a ação do usuário, por exemplo.

<sup>7</sup> Tradução própria.

<sup>8</sup> Nas sociedades de controle, o essencial não é mais a “firma” do indivíduo ou seu “número de matrícula” como nas sociedades disciplinares, mas sim uma “cifra”, como uma senha. Nesse contexto, os indivíduos se transformam em “dividuais”(são fragmentados) e as massas, em amostras, dados, mercados ou bancos.

consolidando uma sociedade na qual a redução da capacidade de autodeterminação foi deliberadamente aceita. Por conseguinte, pode-se dizer que a relação entre as *big techs* e a consciência é de *confronto*: enquanto as primeiras buscam a padronização e o controle, a segunda depende da liberdade crítica para existir plenamente.

#### 4. O espetáculo da identidade mercantilizada

Com a ubiquidade da Internet e a ascensão das redes sociais, o digital e o físico se entrelaçam, criando um campo misto em que uma simples postagem pode desencadear protestos nas ruas; no qual relacionamentos nascem em aplicativos e se consolidam no aqui e agora; em que o trabalho, em vez de se restringir a um escritório, se estende para plataformas e reuniões virtuais. Esse espaço híbrido *onlife*<sup>9</sup> não se trata de uma sobreposição de duas dimensões, mas uma nova realidade na qual as ações em um plano reverberam quase imediatamente no outro. O virtual é tão real quanto o material.

Nas redes sociais, a racionalidade neoliberal<sup>10</sup> atinge seu ápice, transformando quase todas as relações e interações em algo que deve gerar um retorno, seja para a plataforma ou para o usuário. A visibilidade vira *status* e as publicações se tornam investimentos para a construção de uma “marca pessoal”. Como argumentam Dardot e Laval, a razão neoliberal instaura uma “relação de gozo obrigatório com todo outro indivíduo” (Dardot; Laval, 2016, p. 370), na qual os outros são avaliados principalmente por seu “valor de gozo”, isto é, “sua capacidade de 'render' um *plus*” para o próprio projeto de autovalorização/autoafirmação. Ou seja, as interações sociais precisam agregar algum valor, logo, são cada vez mais pautadas pela lógica do desempenho e mercado.

O arquétipo do *influencer* sintetiza bem tal transformação nas interações sociais. São pessoas que se produzem e expõem detalhes das suas rotinas pessoais para milhares de outras

---

<sup>9</sup> *Onlife*, neologismo proposto por Luciano Floridi (2019), designa a condição humana contemporânea, marcada pela fusão entre real e virtual. Para o autor, a dicotomia “*online/offline*” é superada por uma existência híbrida, em que ambas as dimensões são inseparáveis.

<sup>10</sup> Segundo Pierre Dardot e Christian Laval, o neoliberalismo promoveu uma razão que valoriza a concorrência como princípio central da vida social e individual, inclusive na esfera da subjetividade, na qual “[c]ada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se [...] É a instauração da concorrência generalizada” (Dardot; Laval, 2016, p. 202-203).

pessoas desconhecidas. Os seguidores compram o seu eu representando o *life style* como uma promessa de como viver melhor, como ser mais eficiente, como parecer algo. É uma forma de controle sutil, internalizado como um modelo a ser seguido, “[v]igiado e punido, as características do regime disciplinar de Foucault, dão lugar a motivar e otimizar” (HAN, 2022, p.11). O sociólogo Erving Goffman, em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (1989 [1959]), descreveu a vida social como um teatro em que todos desempenham papéis, ajustando suas performances de acordo com o público e o contexto. Hoje as redes sociais potencializam essa metáfora com uma diferença significativa na escala e na permanência: enquanto Goffman analisa interações face a face, limitadas no tempo e no espaço, o teatro digital é global, ininterrupto e arquivado<sup>11</sup>.

Em *Sociedade do Espetáculo* (2016 [1997]), Guy Debord alerta sobre uma sociedade em que a vida social se torna uma mera representação, dominada por imagens e pela lógica da economia, que, em vez de ser um meio (um instrumento para atender às necessidades humanas), vira um fim em si mesma, substituindo a realidade por uma versão mercantilizada dela, na qual tudo vira uma mercadoria a ser consumida. Assim, o autor afirma que houve um deslocamento do “ser” para o “ter” e, por fim, “parecer” (DEBORD, 2016, p.14-15). Contudo, quando a identidade se converte em espetáculo, a distinção entre o “palco” e os “bastidores” torna-se difusa. Grosso modo, as métricas de engajamento, assim como medem a qualidade das publicações, constituem valor às subjetividades, são moedas de validação existencial. Assim, toda postagem deve “render um *plus*”.

O *Facebook Papers*, vazamento que chocou o mundo em 2021, revelou que o Instagram agravava pensamentos suicidas e automutilação em 13,5% das adolescentes, piorava distúrbios alimentares em 17% e afetava a autoimagem de uma em cada três jovens (SIDNER; JONES, 2021). Quatro anos depois, um relatório produzido por três entidades — Avaaz, *Sleeping Giants Brasil* e o Projeto *Brief* — expôs as violações cometidas pelas grandes empresas de tecnologia no Brasil e no mundo. O documento, intitulado *Dossiê das Big Techs (2025)*, destaca, entre outras infrações, o incentivo a comportamentos perigosos e violentos entre crianças e adolescentes.

---

<sup>11</sup> Uma vez publicado na internet, nada garante que “deletar” seja suficiente para desaparecer com um conteúdo. Além da base de dados das próprias plataformas, ainda há a possibilidade de outros internautas salvarem uma cópia da publicação para interesses próprios (inclusive publicar novamente para outros públicos).

A gravidade do problema relacionado às *big techs* e às subjetividades juvenis levou a principal agência de saúde dos Estados Unidos a publicar, em 2023, um alerta oficial sobre os riscos que as redes sociais representam para crianças e adolescentes (TIRREL, 2023). No Brasil, apesar do consenso social<sup>12</sup> sobre a necessidade de regulamentação das redes sociais, as *big techs* reagiram de forma agressiva contra a iniciativa. No dossiê *A guerra das plataformas contra o PL 2630*, o Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro [NetLab/UFRJ] (2023) revela como elas utilizaram táticas sistemáticas para impedir a aprovação do projeto de lei<sup>13</sup>. Enquanto isso, a falta de regulamentação<sup>14</sup> das redes pode permitir que as plataformas continuem priorizando o lucro em detrimento da segurança e do bem-estar dos usuários.

Essa tensão, longe de ser resolvida, exige que reflitamos urgentemente sobre alternativas ao monopólio tecnológico dominado por empresas majoritariamente do Norte Global, levando em consideração suas implicações. Enquanto seguimos dependentes de seu extrativismo de dados para sustentar as atividades cotidianas indispensáveis na sociedade atual, o debate sobre os limites entre liberdade e controle na era das *big techs* tende a ganhar novas dimensões e profundidade. Diante disso, ocupar esse espaço de forma crítica torna-se uma necessidade ética, social e política.

## 5. Conclusão

Ao longo desta pesquisa, desenvolvida como parte do Trabalho de Conclusão de Curso, demonstrou-se como as *big techs* deixaram de ser simples provedoras de tecnologia para se consolidarem como atores centrais na economia, na política e na sociedade do século XXI. Verifica-se que sua influência, que ultrapassa em muito a esfera digital, opera em três níveis complementares: (1) na modulação de subjetividades, (2) no direcionamento de comportamentos coletivos e (3) na interferência em processos democráticos essenciais, configurando o que

---

<sup>12</sup>Segundo Atlas Intel, 78% dos brasileiros acreditam que deve haver uma lei para estabelecer regras claras para o funcionamento das redes sociais no país; 94% da população considera o ambiente das redes inseguro para os jovens; e 71,2% dos entrevistados acreditam que os proprietários das principais redes sociais não demonstram preocupação com o bem-estar das pessoas (PRATES, 2023).

<sup>13</sup> Entre essas estratégias, destacam-se as seguintes: manipulação de resultados de busca pelo Google, privilegiando críticas ao projeto; anúncios pagos no Facebook e Spotify, mesmo que este último proíba, em seus termos, conteúdos políticos patrocinados; além de destaque a fontes hiperpartidárias na primeira página de busca do Google.

<sup>14</sup> O texto original foi defendido em maio de 2025. Em junho de 2025, por 8 votos a 3, o STF decide que plataformas devem ser responsabilizadas por publicações de usuários.

poderíamos chamar de *dadosbiopolítica*, isto é, a articulação do controle da vida por meio da coleta, análise e aplicação estratégica de dados massivos, estendendo a noção foucaultiana de biopoder para a era digital.

A dadosbiopolítica assenta-se sobre o tripé conceitual do capitalismo de vigilância, da governamentalidade algorítmica e da razão neoliberal; três faces de um mesmo fenômeno contemporâneo, as quais operam como aliadas de um projeto político-econômico que subordina a autonomia à vigilância, à mercantilização da vida e à produção de identidades performáticas. A saída desse pacto faustiano digital, no entanto, não é a negação da tecnologia, claro, mas sua reapropriação crítica. Isso implica redefinir o relacionamento com as plataformas, usando-as de modo intencional e não compulsivo. A tecnologia a serviço da vida, e não a vida a serviço da tecnologia. Dessa forma, a dadosbiopolítica, conceito que propusemos de maneira ainda incipiente neste trabalho e que demanda investigações futuras, pode ajudar a revelar a necessidade de novas ferramentas para enfrentar o problema contemporâneo da autonomia humana.

## Referências

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v.7, n. 1-2, p.105-110, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85209>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRUNO, Fernanda. Racionalidade algorítmica & subjetividade maquínica. In: SANTAELLA, Lucia (Org.). *Simbioses do Humano e Tecnologias: Impasses, Dilemas, Desafios*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo/IEA-USP, 2022.

BRUNO, Fernanda G.; BENTES, Anna C. F.; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 1-21, 2019. DOI:10.15448/1980-3729.2019.3.33095.

CONHEÇA o que está por trás e os riscos de escanear a íris por dinheiro. *CNN Brasil*, 24 fev. 2025. Disponível em:

[https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/conheca-o-que-esta-por-tras-e-os-riscos-de-escanear-a-iris-por-dinheiro/#goog\\_rewarded](https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/conheca-o-que-esta-por-tras-e-os-riscos-de-escanear-a-iris-por-dinheiro/#goog_rewarded). Acesso em: 10 jul. 2025.

CRUZ, Elaine Patricia. Pessoas desconhecem riscos ao escanear íris, alertam especialistas. Agência Brasil, Brasília, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-01/pessoas-desconhecem-riscos-ao-escanear-iris-alertam-especialistas>. Acesso em: 1 mar. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: ECHALAR, Mariana. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Tradução: ABREU, Estela. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2016.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle. In: DELEUZE, Gilles. Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 219-226.

DOSSIÊ DAS BIG TECHS. Tudo que Meta, X, Google e Tiktok não querem que você saiba. 2025. Disponível em: <https://www.dossiebigtechs.com>. Acesso em: 24 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Tradução: RAPOSO, Maria. São Paulo: Editora Vozes, 1989.

HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Tradução: PHILIPSON, Gabriel. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2022.

HELDER, Darlan. Brasileiros pagos para escanear a íris enfrentam dificuldades com aplicativo do projeto: "Perdi a conta e o dinheiro". G1, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/02/13/brasileiros-pagos-para-escanear-a-iris-enfrentam-dificuldades-com-aplicativo-do-projeto-perdi-a-conta-e-o-dinheiro.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2025.

LABATE, Alice. World ID suspende escaneamento de íris no Brasil. *Época Negócios*, 2025. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/tecnologia/noticia/2025/02/world-id-suspende-escaneamento-de-iris-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MARCUSE, Herbert. O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NETLAB/UFRJ. A guerra das plataformas contra o PL 2630. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, abr. 2023. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/a-guerra-das-plataformas-contra-o-pl-2630>. Acesso em: 27 abr. 2025.

PARISER, Eli. O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você. Tradução de Rafael Mantovani. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PRATES, Vinícius. Pesquisa: 77,9% dos brasileiros são a favor da regulação das redes sociais. *Correio Braziliense*, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5089934-pesquisa-779-dos-brasileiros-sa-o-a-favor-da-regulacao-das-redes-sociais.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

ROUVROY, Antoinette. Entrevista com Antoinette Rouvroy: Governamentalidade Algorítmica e a Morte da Política. Tradução de Maria Cecília Pedreira de Almeida; Marco Antonio Sousa Alves. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v.8, n.3, p.15-28, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/rfmc.v8i3.36223>.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? Tradução de Pedro Henrique Andrade. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015. DOI: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v18i2.2662002E>.

SANTOS, Rone Eleandro. Governamentalidade algorítmica e subjetivação: sobre os riscos da construção de subjetividades em um mundo digital. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/3234>. Acesso em: 8 mar. 2025. DOI: 10.18540/revesv12iss1pp0001-0016

SIDNER, Sara; JONES, Julia. Como o Instagram levou duas jovens a terem distúrbios alimentares. CNN Brasil, 09 out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/como-o-instagram-levou-duas-jovens-a-terem-disturbios-alimentares/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

TIRRELL, Meg. Redes sociais apresentam “risco profundo de danos” para crianças, alerta cirurgião-geral dos EUA. CNN Brasil, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/redes-sociais-apresentam-risco-profundo-de-danos-para-criancas-alerta-cirurgiao-geral-dos-eua/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda et al. (Org.). Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. Tradução de Heloísa Cardoso Mourão et al. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.